

Bomba demográfica ameaça estabilidade da economia

CORREIO BRAZILIENSE

Rosenildo Ferreira

Apesar das pretensões do Governo Collor de colocar o Brasil em pé de igualdade com os países do primeiro mundo, as estatísticas demonstram que a cada ano que passa, aumenta o fosso que separa o Brasil de países como os Estados Unidos. Segundo o sociólogo Hélio Jaguaribe (presidente do Instituto de Planejamento Econômico e Social) somente a retomada do crescimento econômico — nos moldes dos anos 70, quando o País crescia a taxas de sete por cento ao ano — poderá minorar o quadro de tensão gerado pelas desigualdades sociais.

O sociólogo sugere ainda que o Governo lance mão de mecanismos utilizados pelo governo americano durante a Grande Depressão, para reverter a queda dos níveis de emprego: "Precisamos abrir frentes de trabalho para incorporar esta verdadeira legião de brasileiros que está à margem do mercado formal", argumenta.

Segundo dados do Ministério do Trabalho o número de empregos gerados no período 1985/1990 foi de 2,3 milhões. Em contrapartida a População em Idade Ativa (representada pelo contingente de jovens aptos a ingressarem no mercado de trabalho) saltou de 24,3 milhões para 28,7 milhões, com acréscimo de 4,4 milhões. Conclusão: 2,1 milhões de jovens, neste período, não conseguiram ingressar no mercado formal de trabalho.

"Estes números são alarmantes e demonstram a falência do modelo econômico neoliberal implantado no País", avalia o líder do PDC na Câmara dos Deputados, Paulo Mandarino. Segundo ele, o Governo está sentado em cima de um verdadeiro "barril de pólvora". O parlamentar alerta ainda, para o fato de que o crescimento populacional, continuando, só terá sentido se vier acompanhando pela retomada do desenvolvimento. "Caso contrário, seremos expostos a uma bomba demográfica de consequências imprevisíveis".

Por sua vez, Hélio Jaguaribe discorda da tese do parlamentar

pedecista, lembrando que os problemas atuais devem-se aos equívocos cometidos no passado. "Na realidade, a explosão demográfica já provocou seus efeitos, que foram agravados com a estagnação da economia ao longo da década de 80", avalia. Pelas contas do IBGE, a população brasileira estimada para o final da década é de 179,4 milhões, ou 19,3 por cento maior que a atual. Comparando-se a população de 1970 (93,2 milhões) em relação a 1960 pode-se constatar que o incremento de 33,1 por cento, está abaixo da previsão para o período 1990/2000.

Planejamento — Apesar disto, Jaguaribe faz coro com o deputado Paulo Mandarino quanto à necessidade da adoção de um programa de planejamento familiar. "Mesmo com o declínio da população, estimo que chegaremos ao ano 2000 com 30 por cento dos jovens, aptos a ingressarem no mercado de trabalho, condenados ao desemprego", lembra o sociólogo, autor do livro Brasil: Reforma ou Caos.

Pesquisa do IBGE demonstra que em 1989, 45 milhões de crianças e adolescentes encontravam-se numa situação de extrema pobreza. O mesmo levantamento indica que mais da metade deste segmento pertence a famílias com renda "per capita" de meio salário mínimo. "Não podemos fechar os olhos para esta realidade cruel", diz o presidente do Instituto de Planejamento Econômico e Social, lembrando que outro desafio é a questão dos menores abandonados que somam cerca de quatro milhões.

Já o diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas (Unicamp), Geraldo Cavagnari, argumenta que as desigualdades e os desajustes sociais têm raízes na má distribuição da renda, gerada na década de 70. A reversão deste quadro, segundo o pesquisador, exigirá um "esforço redobrado" do Governo. Cavagnari explica que a recessão econômica fez com que o "bolo encolhesse e fosse distribuído de maneira mais desigual". Apesar desta visão pes-

simista, ele aposta na reversão deste quadro, a médio e longo prazos.

Lembra porém, que os efeitos benéficos demorarão algum tempo para serem sentidos pela sociedade. "A retomada do desenvolvimento só melhorará o quadro social brasileiro a partir de 2030", finaliza Cavagnari, lembrando que até lá a população conviverá com todas as mazelas (aumento do número de criminalidade, conflitos agrários, etc.) geradas pela má distribuição de renda.

Efeitos — "Bomba demográfica" combinada com a estagnação econômica podem ser sentidos ao analisarmos a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNDA) de 1990, divulgada na última semana pelo IBGE. No período 1980/90 houve um agravamento da concentração da renda, com nada menos que 26,6 por cento dos trabalhadores situados no patamar entre dois e cinco salários mínimos. Outros 24,2 por cento ficaram na faixa de um salário mínimo, enquanto apenas três por cento se situavam no patamar superior a 20 salários mínimos.

A PNDA mostra ainda que a crise afetou ricos e pobres, porém de maneira diversa. Em 1981, um por cento da população abocanhava 13 por cento da renda nacional. Este número cresceu para 17,3 por cento em 1989 e recuou para 14,6 por cento no ano passado.

Situação diferente foi detectada com os trabalhadores situados na faixa dos dez por cento mais pobres. Este segmento era responsável por 0,9 por cento da renda nacional em 1981, chegando a 1990 com uma participação de 0,8 por cento.

A pesquisa do IBGE levou em conta dados coletados em 87,5 mil unidades habitacionais, mostra também que o contingente de trabalhadores alocados na atividade informal (sem carteira assinada), somados àqueles que atuam por conta própria (49,3 por cento), supera por larga margem a fatia que atua no mercado formal (38,1 por cento).